

Memórias e espelhamentos sobre “tornar-se negra” fazendo docência no ensino superior

Andressa de Sousa Santos Ferreira^{1*}  Rosangela Janja Costa Araújo² 

Sofia Silva de Souza³ 

¹ Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS - Brasil

² Universidade Federal da Bahia – UFBA - Brasil

³ Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Brasil

*Autor de correspondência: assferreira@uefs.br

RESUMO

Este artigo apresenta memórias da experiência docente de uma jovem que se tornou negra na Universidade, reconfigurando assim a forma de se posicionar no mundo acadêmico e na vida pessoal. Os relatos são apresentados em forma de carta, um recurso metodologicamente criativo, conforme Angela Figueiredo (2015), que aproxima a narrativa de acontecimentos em diálogo com autoras negras, preferencialmente. Ao relatar sua experiência, a autora toma a ideia de espelhos que se constroem e são construídos a partir de vivências acadêmicas. Ao utilizar o “tornar-se negro”, conceito cunhado por Neuza Santos Souza (1983), como fio de condução desse diálogo, é possível refletir com criticidade sobre as dificuldades e apagamentos na difusão de pensadoras e pensadores negros na ciência, principalmente em ciências sociais aplicadas. Dessa forma, este trabalho sugere uma desconstrução dos componentes curriculares em todos os cursos do ensino superior para que discussões e conhecimentos produzidos no Brasil incorporem os saberes da intelectualidade negra desse país, efetivando a transformação social.

ABSTRACT

This article presents memories of the teaching experience of a young woman who became black at university, thus reconfiguring the way she positioned herself in the academic world and in her personal life. The stories are presented in the form of a letter, a methodologically creative resource, according to Angela Figueiredo (2015), which brings the narrative of events closer to a dialog with black authors, preferably. In recounting her experience, the author uses the idea of mirrors that are built and constructed from academic experiences. By using “becoming black”, a concept coined by Neuza Santos Souza (1983), as a guiding thread in this dialog, it is possible to reflect critically on the difficulties and erasures in the dissemination of black thinkers in science, especially in the applied social sciences. In this way, this work suggests a deconstruction of the curricular components in all higher education courses so that discussions and knowledge produced in Brazil incorporate the knowledge of the country's black intelligentsia, bringing about social transformation.

RESUMEN

Este artículo presenta memorias de la experiencia docente de una joven que se hizo negra en la universidad, reconfigurando así la forma en que se posicionó en el mundo académico y en su vida personal. Los relatos se presentan en forma de carta, recurso metodológicamente creativo, según Angela Figueiredo (2015), que aproxima la narrativa a los acontecimientos en diálogo con autores negros, preferentemente. Al relatar su experiencia, la autora utiliza la idea de espejos que se construyen y se construyen a partir de las experiencias académicas. Al utilizar el “devenir negro”, concepto acuñado por Neuza Santos Souza (1983), como hilo conductor de este diálogo, es posible reflexionar críticamente sobre las dificultades y borrones en la divulgación de pensadores negros en la ciencia, especialmente en las ciencias sociales aplicadas. De esta forma, este trabajo sugiere una desconstrucción de los componentes curriculares en todos los cursos de enseñanza superior para que las discusiones y los conocimientos producidos en Brasil incorporen los saberes de la intelectualidad negra del país, propiciando la transformación social.

PALAVRAS-CHAVE:

Ciência antirracista
Docência
Ensino superior
Mulher negra

KEYWORDS:

Anti-racist Science
Black Woman
Higher education
Teaching

PALABRAS-CLAVE:

Ciencia antirracista
Educación superior
Enseñanza
Mujer negra

Feira de Santana-BA, 06 de março de 2024.

Prezada leitora¹,

Estar na Universidade pode ser um caminho sem volta. Essa frase tem uma aplicação dicotômica, firmada no pensamento cartesiano de bom ou ruim, com influência no conservadorismo pujante da sociedade brasileira que enxerga a Universidade como ameaçadora aos bons costumes, mas para outras pode ser um espaço ampliador de perspectiva, libertador e tão desafiador que podemos equiparar ao movimento de “sair da caverna²”. Eu parto desse lugar.

Longe de apenas apontar problemas, esta carta assume o compromisso ético, vinculado à crítica feminista e antirracista à ciência ao apontar caminhos à superação dos limites acadêmicos nas ementas dos cursos universitários brasileiros, especialmente, na Administração – área de formação e atuação. Assim, nosso objetivo é apresentar memórias da minha experiência docente no processo de “tornar-se negra” na Universidade, reconfigurando o posicionamento no mundo acadêmico e na vida pessoal.

As memórias são apresentadas em formato epistolar, um recurso metodologicamente criativo (FIGUEIREDO, 2015) que aproxima a narrativa de acontecimentos em diálogo preferencial com autoras negras, utilizando a pesquisa bibliográfica. Além disso, Beatriz Nascimento (2018) defende que uma escrita histórica acadêmica em primeira pessoa é política. A associação com o espelho, presente no título, remonta à ideia sobre o que se constrói e é construídos a partir de vivências acadêmicas próprias e de outras, ao mesmo tempo faz do “tornar-se negro” o ponto alto da trajetória da mulher que entende seu lugar em uma sociedade estruturada no racismo.

¹ Em consonância com a ética feminista, optou-se ao longo do artigo em utilizar o gênero feminino nas interações. Vale destacar que ainda estamos distantes de uma linguagem inclusiva, mas esse recurso foi propositalmente utilizado para romper a lógica masculinista da produção acadêmico-científica. Veja mais em Sandra Harding (1987) e Evelyn Fox Keller e Helen Longino (1996).

² Caverna faz referência ao Mito da Caverna, alegoria do filósofo Platão, que promove a reflexão sobre conhecimento e ignorância humanas a partir da história de pessoas aprisionadas em uma caverna, impedidas de ver o mundo exterior e acessarem a verdade que o conhecimento promove.

Sou negra, nordestina, baiana e do interior, filha de pai preto e mãe parda, de filiação religiosa cristã e que empreendiam por necessidade. No núcleo familiar, o ensino superior sempre foi incentivado e, em 2012, aos dezoito anos ingressei na universidade pública – uma realidade distante para jovens negras na mesma faixa etária. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE (2024), a proporção de baianas entre 18 a 24 anos cursando Ensino Superior foi de apenas 17,1% em 2023.

A graduação foi uma fase de descobertas em muitos aspectos, principalmente, por expandir a ideia do ensino alinhado à extensão e à pesquisa. O projeto de extensão Cia Júnior Consultoria, empresa júnior dos cursos de Administração, Economia e Ciências Contábeis, foi a primeira experiência. Durante dois anos, participei como *trainee* e Gerente de Projetos, coordenando consultorias prestadas em nove empresas de Itabuna e Ilhéus. Até então, toda a formação acadêmica se encaminhava para a visão de negócios, pelo apelo neoliberal.

Segundo Verônica Gago (2020), o neoliberalismo apresenta violência sobrepunjante a grupos historicamente oprimidos no contexto das relações de trabalho da América Latina, devido ao colonialismo. Dentre as quais, destaco as novas formas de exploração, considerando a financeirização da vida social, com ênfase no dispositivo de endividamento através das dinâmicas de autossuficiência da economia informal, renomeada de empreendedorismo. A Administração no Brasil tem sido fortemente tensionada para liderar os debates acerca do tema, causando um esvaziamento das problemáticas sociais atreladas ao estímulo desse “projeto de vida”.

Em 2014, vivenciei a pesquisa através da Iniciação Científica (IC) como bolsista no projeto “Trajetória Institucional e Processo de Institucionalização de Políticas de Apoio a Arranjos Produtivos Locais (APLs): Um Estudo Comparativo”, do professor Dr. Murilo Santana, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), durante 1 ano. Este projeto contribuiu para entender as diversas atrizes do processo produtivo e as limitações maiores sob os negócios de pequeno porte, dependentes das estruturas maiores e de políticas públicas para sobrevivência. Esse foi o início de um incômodo científico, ainda sem nomeação. Mas, o fato de estar em contato com a pesquisa, participando de eventos, apresentando os avanços da coleta e análise de dados, possibilitou acessar um

novo mundo e gostei. O desdobramento foi a influência direta na monografia intitulada "Políticas públicas de fomento às Micro e Pequenas Empresas (MPEs): um estudo sobre os agentes de desenvolvimento local no estado da Bahia entre 2003 e 2011", defendida em 2015.

Mesmo em todas essas vivências, na graduação não fui estimulada à temática racial; não tive professora negra; ou fora discutido teóricas. Soma-se a isso, o fato de cursar Administração em uma Instituição de Ensino Superior (IES) localizada no Sul da Bahia, o estado mais negro do país (IBGE, 2024). Nesse contexto, hoje, compreendo evidente que a questão racial não era digna de relevância para um debate capaz de problematizar o racismo nas organizações, as desigualdades do mercado de trabalho e nos estudos organizacionais.

Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Lélia González, Clóvis Moura, Maria Aparecida Bento (Cida Bento), Beatriz Nascimento, Matilde Ribeiro, Neuza Santos Souza, Luiza Bairos, Sueli Nascimento, Milton Santos, dentre outras, não eram ao menos citadas nas ementas curriculares. A contribuição dessas pensadoras negras nacionais, de múltiplas formações, desde sociólogas, antropólogas, filósofas, geógrafas, psiquiatras a administradoras, era invisibilizada pelo epistemicídio na Administração, uma realidade em outras áreas do conhecimento também (RODRIGUES, 2014).

Como ironiza a socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), ao destacar o acrônimo HEBM – homens, europeus, brancos, mortos – enquanto o selo de autenticidade na validação do pensamento científico ocidentalcêntrico. A máxima do que é definido como cânone nas ciências tem seguido esses requisitos. Então, pela lógica da representação, a Universidade se torna um ambiente de valorização da intelectualidade de homens brancos do Norte Global³.

Os únicos autores aos quais fui apresentada e que fugiram desse estereótipo foram Amartya Sen e Muhammad Yunus, dois teóricos não-brancos, originários de Bangladesh, que tiveram notoriedade mundial pelos prêmios alcançados, respectivamente: o Nobel de Economia de 1998, enquanto ampliação do conceito de desenvolvimento econômico na formulação do Índice de

³ Termo utilizado para países desenvolvidos com economia avançada situados no Hemisfério Norte, com destaque para os Estados Unidos da América na América do Norte, Europa Ocidental e Japão.

Desenvolvimento Humano (IDH); e o Nobel da Paz de 2006, pela revolução do microcrédito e do empreendedorismo social.

Vale ressaltar que, em minha infância, também não havia o debate sobre a questão racial para a militância ou orientação para o ativismo. Venho de uma formação cristã tradicional, cuja questão racial era trazida apenas por mim e minha irmã mais nova através das violências sofridas nos primeiros anos do ambiente escolar por causa do cabelo crespo, como única negra da sala, até o Ensino Fundamental II, em uma escola particular. Apesar de painho e mainha trabalharem a nossa autoestima, não havia letramento racial. Além disso, o padrão de beleza estadunidense (local de fundação) era promovido na denominação religiosa. Esse padrão incluía referências musicais, a arquitetura dos templos, a liturgia dos cultos, o estilo de vestimentas e de penteados (mulher) ou corte de cabelo (homem).

Inclusive, a relação com o cabelo é uma questão tão significativa para meninas e mulheres negras, que muitas leitoras irão se identificar. Eu alisei o cabelo a partir dos sete anos, buscando afirmação social na escola e enquadramento à estética do padrão religioso. Ao todo, foram dezesseis anos me submetendo a procedimentos químicos para não assumir o cabelo crespo. Eu mal conhecia meu cabelo natural. Apenas em 2016, após a graduação, passei pela transição capilar, encorajada por minha irmã que fez o “grande corte” no ano anterior.

Com a consciência racial que tenho hoje, percebo o quão invisibilizada⁴ era a pessoa negra na Universidade, inibida de vivenciar sua identidade e suas referências (não) acadêmicas. Ao mesmo tempo, percebo maior abertura às discussões e que, graças à política de cotas raciais no ingresso ao ensino superior (Lei nº 12.711/2012) e nos concursos docentes (Lei 12.990 de 2014), essa realidade tem melhorado, ainda que insatisfatória à desigualdade. Segundo o INEP (2023),

⁴ A questão da invisibilização me remete ao conceito que João Vargas (2017) constrói sobre a ideia da pessoa negra como não-sujeito, ou seja, a negra como presença ausente fundamental ou a ausência presente fundamental. Assim, flexionando para a nossa discussão, é possível relacionar que o ensino superior é marcado por essa dinâmica, tendo em vista cursos que podem até apresentar maioria discente negra, mas ainda é povoado por maioria branca nas vagas docentes. Isto é, a negra pode ser útil como aluna para reafirmar a relação social hierárquica, mas não há espelhamento aplicado à docência – uma função que depende da presença ausente dessa discente.

até 2022 o número de ingressos na educação superior federal por meio de ações afirmativas aumentou 167% em dez anos.

Por isso, é imprescindível evocar Neuza Santos Souza, psiquiatra negra de grande contribuição à análise sobre a sociedade brasileira. Em “Tornar-se negro - as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”, Neuza Souza (1983) denuncia o quão violento é o processo de entender-se negra no Brasil, perpassado pela classe social para as que ascendem socialmente. A essas, vivenciam o aniquilamento pelo massacre de sua identidade, expressa em diversas formas de silenciamento e discriminação.

Ser negro é, além disso, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento, que o aprisiona em uma imagem inferior e alienada, na qual inadvertidamente ele se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração (SOUZA, 1983, p. 77).

A forma como Neuza Souza traduz o doloroso processo social de nos reconhecermos negras ajuda compreender que a discussão sobre raça deve preceder qualquer análise. Mas, a raça foi silenciada em toda a minha graduação e, ainda hoje, na docência nas tentativas de inferiorização às discussões que abordo na Administração, utilizando como aporte a epistemologia feminista negra. Não é um processo leve e, por vezes, sou considerada menos científica ou “mimizenta⁵”. Ainda assim, trago a disruptura na minha *práxis* em cada disciplina ofertada, desde provocações em aulas expositivas a atividades que incentivam a discente a problematizar os sistemas de opressão existentes nas organizações, tais como racismo, elitismo e sexismo, por exemplo.

Nesse sentido, Luiza Bairros, administradora, ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2011-2014), é enfática ao afirmar que o racismo no Brasil é uma ideologia em estado puro:

É o que informa e o que possibilita desenvolver o preconceito e praticar a discriminação. É o que sustenta. O racismo engloba todas as relações, passa por dentro delas. É uma ideologia baseada na desumanização do outro, no extermínio do outro. O extermínio do outro só é possível porque há grupos

⁵ Expressão que se refere a quem “faz mimimi”, ou seja, utilizada para ofender alguém que reclama sempre e faz críticas exageradas.

que se supõem superiores. Não existe racismo de baixo para cima, pois ele sempre pressupõe a ideia de superioridade. Portanto, o Brasil é um país com um racismo bem desenvolvido [...] (BAIROS, 2016).

Ambas as autoras evidenciam que, em um país com história escravocrata, raça informa classe e, conseqüentemente, gênero. Dessa maneira, a sociedade é moldada em uma lógica de naturalização da subalternidade e estranheza da ascensão social, ou ainda, em uma defesa pela manutenção dos sistemas que sustentam as opressões. Então, enquanto docente negra, seremos testadas na nossa capacidade intelectual por colegas que performam algum tipo de poder na dinâmica universitária, seja pelo tempo de serviço ou em construções sociais pautadas nas relações hierárquicas de raça (FIGUEIREDO, 2015).

Recentemente, em uma sala de professoras, escutei o “desabafo” de uma colega veterana que exalava em bom som: “A *Universidade virou escolão*. As professoras hoje querem dar aula show... Boas eram as professoras da minha época”. No momento, senti a materialização da discussão feita por Neuza Souza (1983), ao traduzir aquela cena como uma das tentativas da branquitude de aprisionar a imagem da negra como inferior. A fala foi direta, sem rodeios, apesar de não direcionada, era para mim. Mas, vivenciar é mais forte. Eu era a “ausência presente fundamental” (Vargas, 2017), incomodando a colega branca por estar ocupando um lugar social que antes não me comportava. Ou seja, a docência no ensino superior também reproduz racismo.

bell hooks, no contexto das afro-americanas nos Estados Unidos, aponta que a escolha profissional de intelectuais negras é tão sacudida pelo racismo estrutural que sua ação na sociedade ultrapassa a afinidade laboral.

[...] a decisão de trilhar conscientemente um caminho intelectual foi sempre uma opção excepcional e difícil. Para muitos de nós tem parecido mais um chamado que uma escolha vocacional. Somos impelidos até mesmo empurrados para o trabalho intelectual por forças mais poderosas que a vontade individual (hooks, 1995, p. 465).

bell hooks alerta que o lugar ocupado por intelectuais negras traz uma complexa responsabilização e cobrança, o que impede que seja uma atividade esporádica, mas que se encaminha para um projeto de vida, um compromisso que desloca a pessoa para a atuação política e participação social. Significa assumir

essa posição de forma consciente, que é ainda mais difícil, considerando o cenário e o macroambiente.

Dessa forma, precisamos nos distanciar da sedução promovida pela “empresariação” de si que vende o sucesso profissional como meta no capitalismo pós-industrial, distanciando a luta coletiva que promoveu os avanços que vivenciamos hoje. As que vieram antes (hooks, 1995; SOUZA, 1983; BAIRROS, 2016) nos advertem que o oposto também gera impactos nocivos à qualidade de vida. Quando a luta se converte em um posto vitalício de batalha, gera adoecimento, causa embates, oposições, ataques. Por isso, o “quilombo” pode ser um movimento estratégico no ambiente universitário para construir novos grupos e relações sociais que somam valores étnicos, identitários e culturais (Nascimento, 2018).

Meu contato com a docência aconteceu em 2018, recém mestra no Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP), quando após aprovada na seleção pública para professora substituta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tomei posse para componentes curriculares em Administração, no campus XXI, em Ipiaú-BA. Uma conquista que significou muito para o meu contexto familiar, já que não existiam professoras universitárias. Então, não passava pela minha cabeça ser professora até estar vivendo esse sonho que foi construído ao longo da graduação.

Sendo assim, encarei o contrato temporário como um desafio e percebo o quanto essa escolha profissional foi um divisor de águas na trajetória acadêmica. No ensino, confrontei as minhas referências da graduação e os colegas docentes do curso (todos homens!), no departamento em que estava lotada, com o que eu queria ter vivido se voltasse a ser uma discente. Por isso, apesar de não participar de discussões teóricas antirracistas e feministas, comecei a fazer o movimento de aproximação, sem qualquer direcionamento.

Dessa forma, iniciei o “tornar-se negra” fazendo docência no ensino superior. A sala de aula, repleta de discentes negras, me incentivou ainda mais, contribuindo ao desenvolvimento de melhor performance pedagógica e didática, na organização de eventos com a temática racial, e na participação de atividades administrativas e de representação institucional em câmaras e conselhos

territoriais, onde as discussões eram interseccionadas em território, raça, classe e gênero (CRENSHAW, 2002).

Enquanto professora substituta, não existe o regime de Dedicação Exclusiva, atividades administrativas e burocráticas, muitas vezes, ultrapassavam a carga horária de trabalho real, pois eram apenas 3 docentes (1 efetivo e 2 substitutos – eu e um colega) lotados no curso de Administração, *campus XXI*. Assim, não há o estímulo à participação de professoras substitutas em pesquisa e extensão, mas a UNEB permite que as atividades sejam realizadas. Por isso, utilizei tal espaço para melhorar o meu currículo, visando um concurso futuro, e encontrei expansão teórica para refletir nas aulas e na intervenção, através da coordenação de projetos de pesquisa e de extensão.

Quando dou início às pesquisas sobre Afroempreendedorismo feminino, considerando a realidade local de Ipiaú, foi uma novidade. O afroempreendedorismo ou empreendedorismo negro é um termo em disputa, a partir do final do século XX e início dos anos 2000, que se refere às estratégias econômicas, políticas e culturais realizadas por pessoas negras para empreender (SANTOS, 2019). Maria Angélica dos Santos (2019) aponta que o afroempreendedorismo pode ser aplicado em duas frentes: no aspecto amplo (*lato sensu*) e no aspecto estrito/específico (*stricto sensu*). No aspecto amplo, as afroempreendedoras desenvolvem produtos e serviços para todos os públicos; enquanto que no aspecto estrito, os produtos e serviços são pensados para as consumidoras negras em toda a cadeia produtiva, resultando em um compromisso étnico-racial.

Nesse contexto, observou-se um movimento de afirmação da narrativa de origem para o afroempreendedorismo no Brasil, na “valorização da ancestralidade” (SANTOS, 2019). Dessa forma, tem sido feita a alusão com as relações de ganho – acordos de trabalho informal para negras escravizadas ou livres no Brasil Colônia e Império (SOARES, 1996).

Discordo da abordagem de afirmar que as ganhadeiras eram empreendedoras, dadas as condições insalubres, desiguais e de múltiplas opressões do sistema escravocrata. Porém, concordo com a necessidade de combater a invisibilização da trajetória e origem dessas mulheres, enfatizando intelectualidade e estratégias coletivas (as Ganhadeiras de Itapuã, a Irmandade

da Boa Morte etc.), assim como o protagonismo individual, a exemplo de Luiza Mahin⁶ – uma ganhadeira que vendia quitutes nas ruas de Salvador, ex-escrava e liderança ativa na Revolta dos Malês⁷, em 1835 (ROCHA, 2023).

Talvez, o “quilombismo”, categoria difundida por Abdias Nascimento (1980) e Beatriz Nascimento (2018), seja mais útil para analisar a importância do protagonismo negro na reorganização econômica nas relações de ganho. Dessa forma, utilizar o recurso de narrativa dessa nossa história, considerando o quilombo, pode reforçar o lugar de agrupamento onde passado e presente se encontram em território físico e simbólico (NASCIMENTO, 2018). Uma resignificação!

Nogueira (2013) associa tais apagamentos na história a fatores interseccionados (raça e classe) e relaciona exclusões vivenciadas pela população negra, atraso educacional e falta de oportunidades ao mercado altamente competitivo. Apesar de Nogueira (2013) não citar, podemos incluir a categoria gênero aos fatores de apagamento, pois o foco de empreendedorismo para mulheres negras é subestimado. Assim, o empreendedorismo no Brasil tem a sua pauta prejudicada quando o Estado ignora o cenário e promove ações que não alcançam grupos que precisam do apoio básico.

Nesse sentido, a análise sobre a neurose cultural brasileira de Gonzalez (1984) é profundamente atual para tensionar os impactos do racismo e sexismo nas organizações. Compreendo que a mulher negra deve ser o ponto inicial para a politização da discussão sobre raça e gênero, pois as noções de mulata, doméstica e mãe preta foram reproduzidas estruturalmente e estão presentes nos nossos dias, reforçando imagens de controle. Isto é, a questão da mulher negra denuncia a naturalização de violências em qualquer ambiente, seja domiciliar, político, empresarial, hospitalar, educacional, esportivo etc.

Como ponto de encontro à nossa análise, faz-se importante refletir sobre a afroempreendedora nesse papel estimulado pelo liberalismo econômico à mulher

⁶ Segundo Letícia Rocha (2023, p. 73) “O que é apresentado como dado histórico e real da existência de Luiza Mahin são dois documentos (uma carta e um poema – Minha Mãe), ambos escritos por seu filho Luiz Gama”. Vale destacar que Luiza é a mãe de Luiz Gonzaga Pinto da Gama, nascido em 1830, tornou-se poeta e advogado com papel de destaque na abolição escravagista na cidade de São Paulo e no Brasil.

⁷ “O ato estava sendo organizado por um grupo de malês, dentre esses destacava-se Luiza Mahin, que, com sua astúcia e coragem, aproveitava enquanto vendia seus quitutes pelas ruas da cidade para fazer articulações entre os muçulmanos acerca da rebelião” (ROCHA, 2023, p. 76).

negra, que passa a sofrer violências nos ciclos de comercialização e formalização do negócio, retirando do Estado qualquer responsabilização (GAGO, 2020). Um processo extremamente desigual com jornada de trabalho tripla sem condições seguras de trabalho ou ainda, sem domínio das técnicas administrativas. São empurradas a empreender porque negras são guerreiras e empoderadas.

Essas leituras foram amadurecidas no incômodo teórico que me motivou a submeter o projeto de pesquisa “Afroempreendedorismo feminino: um estudo sobre gênero e raça em Ipiaú-BA”, no Edital nº 064/2020, vinculado à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF/UNEB). O projeto contou com duas bolsistas negras do curso de Administração e superou as minhas expectativas em termos de impacto científico e social. Realizamos ciclos formativos; palestras e participação em *lives*, apresentamos artigos em eventos nacionais em 2021 (EnANPAD e o Seminário de Pesquisa e Extensão da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo) e evento internacional em 2022 (14º Congresso Mundos de Mulheres, da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique) etc. A segunda fase do projeto, aprovada no edital nº 073/2022, sob título “Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo: uma metodologia facilitadora de acesso para empreendedoras negras nos municípios de Ipiaú e Guanambi-BA”, também contou com duas bolsistas negras (FERREIRA *et al.*, 2023).

A investigação sobre políticas públicas e o cenário nacional do afroempreendedorismo deve incluir a perspectiva de transformação social. Segundo Ferreira *et al.* (2023, p. 198)

[...] quando se pretende analisar e discutir o Afroempreendedorismo, entende-se que uma ideologia antirracista é central na formulação de políticas públicas. Até então não existe uma política pública específica em esfera nacional. O empreendedorismo negro deve ser pensado para impulsionar e contribuir com o desenvolvimento regional.

O afroempreendedorismo feminino alcança dimensões complexas sobre os obstáculos enfrentados interseccionalmente (CRENSHAW, 2002). O apelo para realizar um projeto sobre o afroempreendedorismo feminino foi uma escolha consciente, enquanto mulher negra. Foi também uma forma de destacar o debate no curso de Administração, sendo uma ciência social aplicada e pouco explorada no ensino sobre as desigualdades raciais, de gênero, de classe e a territorialidade.

Fatores que impactam a tentativa por sobrevivência da população em uma democracia instável como a brasileira.

Adotei a escolha preferencial por alunas nas vagas de bolsista, pois os projetos tinham mulheres negras como sujeitas no processo de investigação e coleta de dados. Para tanto, essa troca pautada na questão racial e de gênero era decisiva para espelhamento e reconhecimento potenciais. Ademais, incorporou-se a oportunidade de letramento racial para as discentes, expandindo a aplicação em sua jornada acadêmica e considerando a permanência estudantil na Universidade.

No entanto, ainda se observa um afastamento entre a Universidade e a comunidade local, que desencadeou uma limitação para a abrangência do projeto, pois poucas mulheres participaram ativamente do processo nas duas etapas do projeto. Esta pode ser encarada como uma janela de oportunidade, inclusive metodológica, para aprofundamento discursivo e até mesmo proposições para fortalecimento de uma rede de afroempreendedoras na região.

Dessa forma, reconheço o espelhamento no processo de “tornar-se negra” na docência, através da troca sincera, com fiabilidade, respeito e cooperação com as discentes. Me via/vejo nelas e sinto que minha experiência na graduação poderia ter sido melhor se tivesse em quem me espelhar também. Assim, ocupar o lugar social como docente potencializa a representatividade no feminismo acadêmico e me ajuda a continuar no propósito.

De modo que, foi gratificante acompanhar o processo de caminhada científica e ser uma mediadora do conhecimento. Tive a honra de orientar Trabalho de Conclusão de Curso (TCCs) cujos temas abordavam questões de raça, classe e gênero, como: a discriminação racial nas organizações; as influenciadoras digitais negras de Ipiaú; as motivações empreendedoras; o trabalho e a saúde mental dos docentes do DCHT XXI; feminismo e empoderamento feminino, geração de renda e desenvolvimento local em Ipiaú-BA, dentre outros.

Ou seja, o corpo discente e docente do curso de Administração passou a me enxergar como uma referência para os estudos sobre relações raciais, apesar da minha tímida compreensão no período. Ao mesmo tempo, essa situação reforça a fragilidade da formação docente que não aprofunda o conhecimento

sobre temas não hegemônicos, colocando a jovem docente na caixa de “a única professora que trata do tema” no curso de Administração.

Como diz Cida Bento (2022), para avançarmos em uma sociedade antirracista é necessário que todas as pessoas lutem por melhorias reais. Falar sobre racismo na dimensão acadêmica não cabe apenas às pessoas negras, pois a branquitude crítica, que se beneficia e usufrui dos privilégios do sistema vigente, tem muito a contribuir no combate às opressões.

Maurício Tragtenberg (1971) trouxe um relevante olhar sobre a Administração no Brasil quando, em 1971, publicou na Revista Administração de Empresas o artigo “A teoria geral da administração é uma ideologia?”. Embasado na Teoria Social Crítica, o artigo teoriza que a ideologia que rege a Administração é a empresa capitalista. Tragtenberg (1971) articula a Administração como um elo entre o Estado e a empresa privada, considerando-a como organização formal burocrática bem-sucedida há séculos e que se retroalimenta constantemente.

Dessa forma, a teoria geral da Administração surgiu enquanto modelo explicativo dos quadros da empresa capitalista diante do grande problema humano nas sociedades pré-industriais e industriais. Observa-se que o capitalismo estrutura o sistema que possibilita acomodar a ideologia da Administração – uma contradição ao combate às desigualdades, incorporando o racismo.

Tragtenberg (1971) enfatiza que o Taylorismo – a primeira teorização na Administração Científica – não era centrado apenas na racionalização do trabalho, mas no influente *ethos* puritano de origem *quaker*⁸. Isto é, o desenvolvimento teórico embasado em uma determinação (bio)psicológica de graça divina associada às pessoas por meio da profissão. A formulação feita por Frederick Taylor difundiu um ideal formativo de personalidade humana e uma visão de empresa que foi universalmente aplicada, tendo seu maior exemplo o fordismo.

Não é possível identificar aspectos vinculados diretamente à raça nas primeiras teorizações da ciência administração. No entanto, considerando que o *ethos* puritano é pautado na (bio)lógica e que, segundo Kabengele Munanga

⁸ Denominação religiosa cristã com origem no século XVII, seguidores do pregador leigo inglês George Fox, que alcançou popularidade nos Estados Unidos da América pelos processos de imigração. Tragtenberg (1971) indica que a ética protestante da filosofia quaker, no sentido weberiano, fundamentou o taylorismo.

(2003, p. 6), racismo/raça é “etno-semântico, político-ideológico” e não biológico, pode-se inferir que o racismo foi e ainda é utilizado como um conceito cientificamente inoperante. Porém, bem-sucedido para explicar a diversidade humana tendo em vista a divisão (racial) do trabalho e a exploração.

Por consequência, as escolas de Administração no Brasil utilizaram os mesmos princípios dos modelos do Norte Global, reverberando componentes curriculares colonizados, a partir da década de 1950. Wood Jr, Tonelli e Cooke (2011) reforçam o apelo ao multiculturalismo na importação de modelos de gestão sob a ótica estadunidense e europeia advinda com as multinacionais em território nacional no processo brasileiro de industrialização.

Essa lógica é ainda mais acentuada quando pensamos na empregabilidade em países em desenvolvimento. A empresa se instala em um local e emprega pessoas com baixa escolarização para cargos que não requerem o tão valorizado “capital intelectual” – como se toda atividade humana não exigisse competência (conhecimento, habilidade e atitude) para ser realizada. Enquanto os cargos da “alta administração” são ocupados por pessoas “importadas” na dinâmica clichê de interior x capital, nordeste x sudeste, mulher x homem, negra x branca, dissidências sexuais e de gênero x cisheteronormatividade.

Tenho humildade em reconhecer que estou em movimento, aprendendo e tentando ampliar as fontes de conhecimento sobre tais temáticas. Entendo que é um processo contínuo e progressivo. Por isso, partilhar o espelhamento com as alunas têm ampliado o meu horizonte para contribuir com pesquisas mais próximas da realidade que vivenciam, visando a transformação. Além de ser uma estratégia de motivação pessoal para continuar enfrentando os desafios impostos na profissão. Um compromisso pessoal na ressignificação do espírito universitário!

Nesse contexto, tenho observado que o principal benefício de “tornar-se negra” enquanto docente é aproximar esse processo de outras pessoas em formação. Considerando que a maior parte das minhas alunas são da geração Z (grupo de pessoas nascidas entre 1995 e 2010), falta apenas um redirecionamento para que a militância das redes sociais ultrapasse as postagens e encontre base sólida para a transformação social via ensino, pesquisa e extensão. Acredito que parte do problema recai no desconhecimento de antecessoras, como uma típica

conduta do ocidentalismo: desvalorizar as memórias (NASCIMENTO, 1980; OYĒWÙMÍ, 2021).

Afinal, não se faz luta antirracista sem movimento organizado que inclui militância, mobilização e resistência, mas também produção científica, acadêmica, projeto de lei, ocupação de espaços de poder, conforme Flávia Rios (2018, p. 261):

Além dos espaços institucionais, o movimento negro, em articulação com os constituintes alinhados com seus projetos, conquistou alguns dos mais expressivos ganhos constitucionais da história política do Brasil republicano. Embora as constituições anteriores apresentassem a proibição da discriminação racial, foi por meio da intensa interação parlamentar e extraparlamentar – em que se viu a articulação amadurecida e supra partidária de deputados e ativistas autodeclarados negros [...].

Os avanços vistos na sociedade atualmente são reflexo de lutas antecessoras. Apenas a partir dos anos 2000, o Brasil adotou políticas públicas para estimular a formação e qualificação da população periférica, tais como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que interiorizou o acesso ao ensino superior; o Programa Universidade para Todos (PROUNI) com a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior – ambos na gestão de governo Lula; e a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, popularmente conhecida como Lei de Cotas que garantiu nacionalmente o mínimo de 50% das vagas para pessoas de baixa renda, negros e indígenas – na gestão do governo Dilma (BIZERRIL, 2020).

Mesmo com os avanços legais, ainda é muito comum estar em sala de aula, especialmente no primeiro semestre, e confirmar a desvalorização da memória na falta de conhecimento sobre a evolução da discussão sobre raça no Brasil, sobre o Movimento Negro Unificado (MNU) e suas lideranças, como Abdias do Nascimento e Lélia González, por exemplo. Vejo olhos esbugalhados e expressões faciais confusas em salas mais enegrecidas que a minha, na época de graduação. Nossas instituições de ensino superior ainda precisam avançar nessa temática.

Eu sinto angústia só de pensar em mediar um conteúdo que apresenta apenas um padrão de construção científica, advinda de um país desenvolvido como modelo para o Brasil. Mais angústia ainda quando vejo meus pares reforçando discursos racistas, sexistas, LGBTfóbicos e elitistas. É um exercício

constante e necessário despertar as discentes e docentes para esses aspectos, pois ainda somos poucas pesquisadoras negras lutando contra a maré de violências cotidianas de um “racismo bem desenvolvido” (BAIRROS, 2016).

Atualmente, como professora efetiva do curso de Administração da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), ministro disciplinas iniciais da estrutura curricular. E a situação vivenciada outrora em sala de aula (ainda como professora substituta da UNEB) serviu como partida para incluir no planejamento das disciplinas, atividades direcionadas para o debate das relações de hierarquias raciais, como seminários sobre intelectuais negras brasileiras que contribuem para (re)pensar a Administração.

Por exemplo, no semestre 2023.2, o “Enegrecendo a Administração” objetivou alinhar o conhecimento teórico sobre os fundamentos globais que regem a Administração e as contribuições nacionais de pensadoras locais. Cada equipe ficou responsável por apresentar uma pensadora brasileira, conforme a lista pré-definida: Alberto Guerreiro Ramos; Lélia Gonzalez; Luiza Bairros; Maria Aparecida da Silva Bento; Milton Santos e Neusa Santos Souza. Como requisito, era necessário apresentar biografia; formação acadêmica e profissional; obras; principais contribuições à Administração; e semelhanças e contradições em relação às teorias administrativas (da Científica à Contingencial).

Confesso que foi um momento especial e que pretendo repetir mais vezes! A memória foi ativada e o mosaico tinha encontrado mais uma parte que complementa a ideia de docência que construo. Foi significativo observar o nervosismo e os conteúdos unidos em cada informação compartilhada com a turma, as expressões de descoberta e curiosidade sobre a intelectual e sua obra. Além de ressaltar a qualidade das conexões feitas entre as teorias administrativas e a contribuição dessas pensadoras.

Reflico sobre o lugar que ocupo hoje, traçando um caminho pouco usual na minha área ao escolher cursar o doutorado em um Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Um sonho que se tornou realidade e confirma meu compromisso, pois possibilita fundamentação teórica para proporcionar discussões mais profundas sobre as organizações, as pessoas e a sociedade, além de ampliar a visão de mundo.

No entanto, toda vez que menciono o programa de doutorado, colegas de trabalho, com extenso tempo de docência, demonstram ignorância e/ou confusão sobre a articulação entre as duas áreas de conhecimento (Administração e Estudos Feministas). Parecem não valorar a fusão temática ou não associam de imediato a relação. São situações como essa que demonstram como as discussões precisam avançar, pois existem “dilemas particulares que as intelectuais negras enfrentam” enquanto docentes no ambiente universitário, conforme bell hooks⁹ (1995, p. 477).

Como conselho, cara leitora (discente e/ou docente), manifesto que o caminho se torna possível quando você define o que faz sentido e quando as escolhas acadêmicas reforçam uma missão pessoal. Por isso, minha produção e experiências socioprofissionais seguem a interdisciplinaridade (e, por que não a interseccionalidade?) em um movimento de instrumentalizar as questões de raça, gênero e classe no ensino da Administração.

Reitero ainda sobre a força de estar em rede e formar alianças com pessoas feministas e antirracistas para que o caminhar acadêmico seja fortalecido e leve, sempre que possível. De modo que, retomo ao conceito de “quilombismo” (NASCIMENTO, 1980) para apontar que a construção de novas narrativas identitárias para a Administração e o fazer docente dependem desse movimento de reconexão com nossas raízes afro-brasileiras de luta, resistência e cuidado.

Afirmar nossa intelectualidade também envolve protagonismo e coletividade, crescimento intrínseco e interpessoal, fatores promotores de confiança, validação e partilha de valores. É assim que me sinto cursando o doutorado no PPGNEIM/UFBA, nas trocas de ideias e afetos, até mesmo nas oposições ideológicas e críticas. E ao prosseguir, levo comigo os ensinamentos de bell hooks (1995) e de Beatriz Nascimento (2018) para nunca esquecer que viver é um ato político nessa sociedade anti-intelectual.

Ao tempo em que, como uma jovem mulher, sei que ainda enfrentarei muitos desafios na caminhada, refletindo memórias e sendo retroalimentada por espelhamentos no processo de afirmação de identidade. Portanto, compreendo

⁹ A autora retrata a vivência no primeiro trabalho de professora em horário integral na Universidade de Yale como o momento em que a consciência dela se aprofundou ao presenciar o racismo e sexismo dos colegas professores do quadro efetivo.

que ser docente negra universitária me possibilita aprendizado constante e transições como sujeita e objeto da ética antirracista e feminista na ciência. Um caminho iniciado sem prazo ou limites para almejar, inspirar, produzir e transformar a mudança necessária na educação do ensino superior.

REFERÊNCIAS

BAIRROS, Luiza. **Assim falou Luiza Bairros**. [Entrevista concedida a] Fernanda Pompeu em 2006. Fernanda Pompeu Digital, eletrônico, site. 2016. <http://fernandapompeu.com.br/assim-falou-luiza-bairros/>

BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar. **O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos**. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 13, n. 32, p. 1-15, 6 jul. 2020.

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148p.

CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Revista Estudos Feministas*, 10, n. 1, p. 171-188, jan., 2002.

FERREIRA, Andressa de Sousa Santos; OLIVEIRA, Iara de Oliveira e; SANTOS, Inamara Joice dos; SANTOS, Thalia Macedo; ASSIS, Vanessa Santos de **Afroempreendedorismo feminino e o olhar interseccional entre gênero e raça na extensão universitária**. *Revista Extensão & Cidadania*, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 194-214, 2023.

FIGUEIREDO, Angela. **Carta de uma ex-mulata à Judith Butler**. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 152-169, 2015.

GAGO, Verónica. **A potência feminina, ou o desejo de transformar tudo**. 1º ed. São Paulo: Elefante, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HARDING, Sandra. **Introduction: Is there a Feminist Method?** In: HARDING, Sandra (ed.). *Feminism & Methodology*. Bloomington: Indiana University Press, 1987, p. 1-14.

hooks, bell. **Intelectuais Negras**. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen (eds.). **Feminism & Science**, Oxford: Oxford University Press, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, PENESB, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 3, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. IBGE, 2024. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=40103&t=microdados>

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022**. Brasília: INEP, 2023. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo**: Documentos da militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Filhos da África, 2018.

NOGUEIRA, João Carlos (org.). **Desenvolvimento e Empreendedorismo Afro-Brasileira**. Florianópolis: Atilênde, 2013.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 324 p.

RIOS, Flávia. **Antirracismo, movimentos sociais e Estado (1985-2016)**. In: LAVALLE, Adrian Gurza, CARLOS, Euzeneia, DOWBOR, Monika, and SZWAKO, José(org.). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição [online]*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, p. 255-283.

ROCHA, Letícia Ferreira. **Luiza Mahin, Mãe, Mulher, Rebelde e Libertária**. *Revista Mosaico*, Goiânia, Brasil, v. 16, n. 1, p. 72–81, 2023.

RODRIGUES, Cristiano dos Santos. **Movimentos negros, estado e participação institucional no Brasil e Colômbia em perspectiva comparada**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014. 249 f.

SANTOS, Maria Angélica dos. **O Lado Negro do Empreendedorismo**: afroempreendedorismo e black money. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

SOARES. Cecília Moreira. **As Ganhadeiras**: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. Salvador. *Revista Afro-Ásia*, n 17, p. 57-71, 1996.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

TRAGTENBERG, Maurício. **A teoria geral da administração é uma ideologia?** *Revista de Administração de Empresas*, v. 11, n. 4, p. 7–21, 1971.

VARGAS, João Costa. **Por uma Mudança de Paradigma:** antinegritude e antagonismo estrutural. *Revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 48, n. 2, p. 83–105, 2017.

WOOD JR, Tomas; TONELLI, Maria José; COOKE, Bill. **Colonização e neocolonização da gestão de recursos humanos no Brasil (1950-2010).** *Revista de Administração de Empresas*, v. 51, n. 3, p. 232–243, maio, 2011.

Agradecimentos

Agradecimento ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Pró-Reitoria de Ações Afirmativa da Universidade do Estado da Bahia.